

# “Cultura não é um adereço”

FABIANO CHAVES  
ESPECIAL PARA O TEMPO

Minas Gerais, com seus 853 municípios, tem um dos maiores e mais importantes acervos culturais do Brasil. A afirmação é da secretária de Estado de Cultura, Eleonora Santa Rosa, que tem como um dos norteadores de sua gestão políticas e ações que privilegiam programas e projetos que vêm do

interior do Estado. Acompanhada pelo secretário adjunto, Marcelo Braga, e assessores, a secretária conversou com o Magazine, em entrevista exclusiva, sobre as ações de interiorização da secretaria, os programas e projetos de sua gestão no governo, além das políticas e leis de incentivo voltadas à produção, distribuição e fruição da cultura em Minas Gerais.

**Secretária de Cultura, Eleonora Santa Rosa fala sobre os desafios de se fazer um trabalho cultural num Estado com 853 municípios**

O TEMPO — Municípios do interior cada vez mais investem em cultura através da criação de centros, festivais, programas e ações, como instrumento de formação humana e educacional. Isso é reflexo das ações da secretaria ou o poder público resolveu olhar para o interior ao ver essa tendência, essa vontade de investir em cultura?

Eleonora Santa Rosa — Acho que ambas as coisas são verdadeiras. Em primeiro lugar, há um florescimento cultural evidente não somente em Minas Gerais, mas em todo Brasil. A cultura passa a ter, cada vez mais, um lugar digno, estratégico e absolutamente fundamental no componente de desenvolvimento dos municípios. A consciência crítica, a capacidade de mobilização e a criatividade se formam, sobretudo, pela cultura. No caso da Secretaria de Estado de Cultura, é evidente que a pulsão do interior é visível, presente. Basta ter o mínimo de bom senso e critério para perceber o que é essa mudança, que já vem pulsando há algum tempo. Infelizmente, a Secretaria de Estado de Cultura, historicamente, foi uma secretaria na qual pesaram boas intenções pontuais, mas as sistemáticas ficaram distantes do universo do interior. Um Estado com 853 municípios e com diferenças tão latentes entre regiões, e que demandam, de fato, políticas distintas, não pode fazer políticas homogêneas de atendimento. Você tem que tratar desigualmente, de forma desigual. Então, isso demandou que a secretaria tivesse ações em pontos diferenciados para áreas diferenciadas, mas sem perder a unidade, a integração e articulação de seus órgãos. A secretaria é muito mais ampla na sua organização institucional do que parece à primeira vista.

Por isso a criação da Superintendência de Interiorização?

Nós criamos uma Superintendência de Interiorização para fazer um trabalho de articulação política, um trabalho global de todo o sistema de cultura e acho que essa foi uma das grandes contribuições da nossa gestão, que foi criar uma linguagem única, mesmo que plural nos atendimentos, das várias demandas que temos. Por outro lado, ainda temos uma infima infra-estrutura cultural no Estado. Um Estado com a pujança artística e cultural de Minas Gerais, se você pensar bem, em 853 municípios, quantos apresentam casas ou centros de cultura, teatros? Em relação a cinemas, temos um dado vergonhoso, praticamente 5% dos municípios têm salas de cinema. É evidente que temos que pensar em fomentar ações de formação no campo audiovisual e é o que a secretaria tem feito. A questão que era uma zorra, mais de 150 municípios mineiros sem bibliotecas, foi zerada em nossa gestão. Nós tivemos uma percepção, uma sintoma muito clara com o movimento crescente do interior do Estado. Evidentemente, é em resposta a uma demanda cada vez maior e, do meu ponto de vista, uma lacuna histórica da Secretaria de Cultura. Então, acho que é uma feliz conexão, onde se estancou, de alguma forma, o chamado diálogo de surdos. Agora, de fato, há um diálogo em que as partes envolvidas podem até não se entender por completo, mas estão se entendendo sobre o básico.

Geograficamente, Minas Gerais possui um dos maiores territórios brasileiros, com mais de 800 municípios. Como levar a cultura a todas regiões do Estado e consolidá-la?

Na verdade, partimos do pressuposto que a cultura já é um bem patrimonial de todos. No nosso caso, fomos para duas regiões estruturadoras, que é o norte de Minas e o Jequitinhonha. Também, evidentemente, em uma primeira instância seja restaurando, seja promovendo cursos, seja capacitando, seja levando a Orquestra Sinfônica, o coral, a companhia de dança, seja promovendo a circulação da cultura produzida na região para cá e para outros Estados. Temos que entender que o processo de intercâmbio e circulação tem várias mãos e não apenas aquela elitista ou preconceituosa, que temos que levar para lá. A partir daí, o sistema de cultura visitou praticamente todas as regiões do Estado. É claro que, infelizmente, muitos prefeitos não utilizam esses recursos da Lei Robin Hood na área da cultura. É importante que os prefeitos entendam que o direito à cultura é tão prioritário quanto o direito à educação, à saúde, à habitação. E entender que a cultura não é uma perfumaria, não é um adereço, um adorno, mas elemento essencial de vida. Você não vê povos desenvolvidos sem cultura e, sim, escravos.

Em abril, a secretária inaugurou o Núcleo de Interiorização, em São João del-Rei, e outras cidades receberão essas unidades. Que tipo de ações o núcleo desenvolverá na região? Ou serão mais responsáveis pela formação e capacitação de gestores e produtores do interior?

Um Estado tão heterogêneo e plural como Minas, como a secretaria teria a competência de escutar mais apuradamente quais os anseios e demandas? Então, temos a Superintendência de Interiorização aqui e teremos cinco braços para o interior. No caso da região central, que São João del-Rei ocupa, já houve uma nomeação, e esse diretor tem como função ser um articulador, ser um embaixador do sistema de cultura. Cabe a ele mobilizar os municípios, levar nossas reclamações, promover essa conexão. Ao mesmo



FOTOS ALEXANDRE GUZARINE

tempo, os demais superintendentes regionais funcionarão como antenas da Secretaria de Cultura. Receptores das demandas, dos anseios, e também como irradiadores dos programas e políticas da secretaria. Isso, dentro de um entendimento que toda o sistema de cultura está voltado fundamentalmente para o trabalho de interiorização, trabalho que não tem nada de provinciano, nada de regionalista.

A política de incentivo financeiro e renúncia fiscal são fundamentais para a captação de recursos e o desenvolvimento dos projetos aprovados. Já há uma previsão de orçamento, tanto do Fundo Estadual de Cultura quanto da Lei Estadual de Incentivo à Cultura para o próximo ano?

Estamos passando o Fundo Estadual de Cultura de R\$ 5 milhões, este ano, para R\$ 9 milhões ano que vem a fundo perdido. Isso para o interior e para as chamadas iniciativas sem fins lucrativos, no campo de infra-estrutura cultural, patrimonial, circulação é fundamental. E vamos fazer uma campanha para estimular os produtores culturais, sobretudo os mais profissionalizados, a usarem a mecânica do empréstimo reembolsável, pois temos juros subsidiados, prazos de carência, condições muito favoráveis do BDMG, com um dinheiro que sai barato, e depois que você paga o Estado, ele é (re)injetado no Fundo de Cultura, de novo na modalidade de empréstimo reembolsável, financiando outras iniciativas. Isso também é um dado de amadurecimento do mercado. À medida que o mercado entender que ele não precisa depender dos chamados recursos a fundo perdido e que a cultura tem o sua pujança econômica, aí, sim, o mercado estará respirando um ar menos paternalista, mais profissional e, do meu ponto de vista, mais contemporâneo.

Minas tem um dos acervos e patrimônios materiais e imateriais mais importantes do país. Ao mesmo tempo, há um problema de conservação desse patrimônio. Como resolver essa questão?

Esse é um dos principais focos. Na nossa gestão, o Iepha passou por uma profunda transformação. Conseguimos fazer um concurso, estamos aprovando um plano de cargos e salários, renovamos a equipe. No Fundo Estadual de Cultura, a ênfase na distribuição de recursos está voltada ao patrimonial cultural. Temos apoiado projetos muito fortes de preservação e restauração do patrimônio e estamos para viabilizar dois projetos importantes. Um deles é o Minas para Sempre, instalação de alarmes e brigadas de incêndio em determinadas regiões fundamentais do patrimônio. Meu sonho, particularmente, é termos uma linha de financiamento na área de patrimônio que seja modelar e exemplar no Bra-

sil, em função de que o Estado de Minas Gerais se singulariza, se peculiariza em função do seu patrimônio. Temos uma política agressiva, porém não suficiente, no campo do patrimônio. E do patrimônio imaterial, tivemos um investimento muito forte nesse sentido, até mesmo na Rede Minas, que também passou por um processo de reestruturação, tendo criado um núcleo de documentação do patrimônio imaterial.

Com a recente decisão de Tribunal de Justiça de Minas Gerais, o governo do Estado pode retomar as obras para a instalação do conjunto arquitetônico da praça da Liberdade. Qual a previsão para a inauguração do centro cultural? O que cada prédio vai abrigar e qual o principal objetivo de se fazer um circuito cultural ali?

O objetivo é dotar Minas Gerais de um circuito com equipamentos de natureza cultural, que tenham capacidade para desempenhar funções que até hoje Minas não consegue efetuar como se deve. Por exemplo, nós temos muitos problemas de exposições que não vêm para cá por falta de espaço adequado, temos uma série de exposições em nossa infra-estrutura cultural, que é profundamente afetada como capital na recepção ou na produção de uma série de eventos, em função dessa carência e limitação em nossa malha cultural. Então, cada prédio terá uma destinação. A essa destinação, teremos uma série de programas e atividades múltiplas e diversificadas abertas à população de Belo Horizonte. Vamos ter o espaço TIM de conhecimento da UFMG, que é o observatório planetário, a ser inaugurado em março do ano que vem. Temos a previsão do Centro Cultural Banco do Brasil. Em fins de 2009, teremos a Casa da Orquestra e um espaço maravilhoso de arte contemporânea, patrocinado pela Vale do Rio Doce. E teremos, no prédio da Secretaria de Educação, um centro de estudos sobre Minas Gerais, onde deve ter não só atividades voltadas à pesquisa, à reflexão crítica, mas também uma espécie de museu do metal, com uma possibilidade do museu Djalmir Guimarães se hospedar nesse prédio também. Vale lembrar que todas as adequações, intervenções, projetos, obedecem aos trâmites do patrimônio.

Como secretária de cultura, que já trabalhou com captação de recursos para projetos culturais, e que pensa da Lei Roumanet, que foi feita para tentar criar um espírito de mecenato no Brasil, vê-se permanente?

Primeiro, acho um equívoco a questão do mecenato. Acho que a questão do mecenato, da filantropia, não se faz com lei de incentivo. Na verdade, é um mecenato com mão de gato. A área da cultura, como outras áreas estratégicas, recebeu por parte da União um tratamento especial no sentido de dotar essa área de incentivos. Acho que, se cultura é uma forma fundamental de agregar valor à sua marca, significa que dar 100% de dedução é uma aberração. Mas não é assim que se forma mercado. Do meu ponto de vista, a lei federal deveria, cada vez mais, cobrir determinadas práticas, buscando equilíbrio maior. Seria muito importante passar por uma reformulação, investindo em áreas explícitas de fragilidade cultural. Acho que não deve simplesmente ser extinta, mas, sim, reformulada para transformá-la, de fato, num instrumento público de transformação cultural no Brasil, contribuindo na produção e fruição da cultura.